

**CAPACITAÇÃO DE EQUIPES DE SAÚDE SOBRE TESTES
RÁPIDOS CONTRA INFECÇÕES SEXUALMENTE
TRANSMISSÍVEIS E NOTIFICAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA**

***TRAINING OF HEALTHCARE TEAMS ON RAPID TESTS AGAINST
SEXUALLY TRANSMITTED INFECTIONS AND EPIDEMIOLOGICAL
NOTIFICATION***

Alice Rodrigues de Luca

rodriguesdelucaa@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0003-4532-0497>

Julia Maria de Castro

julia.castrroo7@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0002-4564-7505>

Larissa Cosim

larissacosim@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0009-4732-687X>

Renato Augusto Passos

renatoapassos@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7871-0964>



DOI: 10.18406/2359-1269v11n32024398



Recebido em: 26/04/2024

Aprovado em: 22/06/2024

Resumo

Este artigo aborda a importância da capacitação contínua dos profissionais de saúde por estudantes de medicina na promoção da saúde sexual e prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Inicialmente, destacou-se a relevância dos direitos sexuais e reprodutivos, ressaltando a necessidade de prevenção e tratamento de ISTs para garantir uma melhor qualidade de vida à população. O papel das equipes de atenção básica foi discutido, enfatizando a importância da preparação adequada para oferecer serviços de qualidade, incluindo testes rápidos e notificação epidemiológica. O programa TELELAB[®] foi reconhecido como uma ferramenta crucial na capacitação dessas equipes, oferecendo cursos gratuitos à distância. Os resultados de um estudo de intervenção realizado por alunos de medicina após participarem do curso TELELAB[®] foram apresentados, evidenciando a eficácia dessa estratégia na melhoria dos serviços de saúde. Além disso, um evento de conscientização reuniu profissionais da saúde para discutir práticas e compartilhar experiências, destacando a importância da integração e colaboração entre diferentes setores da saúde. Este estudo ressalta a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e colaborativa na prevenção de ISTs, visando uma sociedade mais saudável e informada.

Palavras-chave: Conscientização; Educação em saúde; Infecções sexualmente transmissíveis; Notificação compulsória; Testes rápidos.

Abstract

This article addresses the importance of continuous training of health professionals by medical students in promoting sexual health and preventing Sexually Transmitted Infections (STIs). Initially, the relevance of sexual and reproductive rights was highlighted, highlighting the need for prevention and treatment of STIs to guarantee a better quality of life for the population. The role of primary care teams was discussed, emphasizing the importance of adequate preparation to offer quality services, including rapid testing and epidemiological notification. The TELELAB[®] program was recognized as a crucial tool in training these teams, offering free distance learning courses. The results of an intervention study carried out by medical students after participating in the TELELAB[®] course were presented, highlighting the effectiveness of this strategy in improving health services. Furthermore, an awareness event brought together healthcare professionals to discuss practices and share experiences, highlighting the importance of integration and collaboration between different healthcare sectors. This study highlights the need for a multidisciplinary and collaborative approach to preventing STIs, aiming for a healthier and more informed society.

Keywords: Awareness; Compulsory notification; Health education; Rapid tests; Sexually transmitted infections.

Introdução

A saúde sexual e reprodutiva é um direito fundamental de todos, garantido pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). A sexualidade, por sua vez, é um conceito amplo que abrange sexo, identidades e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. Nesse contexto, é fundamental que os direitos sexuais sejam protegidos e, em termos de promoção à saúde, é essencial a prevenção e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), proporcionando um sexo seguro e maior qualidade de vida à população (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2020).

Dentre todas as ISTs existentes, os testes rápidos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) realizam o rastreamento de Sífilis, HIV e Hepatites virais B e C. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível a realização desses testes, como uma das ações que compõem a "Prevenção Combinada", caracterizada pela conjugação de diferentes estratégias de prevenção às ISTs e seus fatores associados (BRASIL, 2022).

As equipes de atenção básica desempenham um papel essencial na prevenção, diagnóstico, acompanhamento e notificação oportuna das pessoas afetadas por essas doenças. Para que possam desempenhar essa função, é fundamental que as equipes estejam devidamente preparadas para oferecer informações, orientações, aconselhamento, testagem, identificação de casos suspeitos, solicitação dos exames laboratoriais apropriados e encaminhamento de casos para serviços especializados (PIVETTA, 2017).

O TELELAB[®], um programa contínuo de educação oferecido pelo Ministério da Saúde, desempenha um papel crucial na capacitação dessas equipes. Desde sua criação em 1997, o TELELAB[®] proporciona cursos gratuitos à distância para profissionais de saúde e estudantes em todo o país. Ao simplificar o processo de inscrição e acesso, essa ferramenta tornou-se eficaz para qualificar profissionais de saúde e garantir a qualidade dos serviços oferecidos à comunidade (BIAGIOTTI, 2016).

Além disso, é crucial que as equipes realizem a notificação epidemiológica dessas doenças de forma apropriada (PIVETTA, 2017). O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) é uma ferramenta fundamental para a vigilância epidemiológica no Brasil. Ele é alimentado principalmente pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que estão na lista nacional de doenças de notificação compulsória (BRASIL, 2006). Essa lista é encontrada na Portaria GM/MS nº 217, de 1º de março de 2023, e contém as quatro doenças rastreáveis pelos testes rápidos aqui discutidas (FERREIRA et al., 2019).

Dentro desse cenário, a Educação Permanente em Saúde (EPS), integrada como política de saúde no Brasil por meio das Portarias nº 198/2004 e nº 1.996/2007, visa orientar o desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam no âmbito dos serviços públicos de saúde. O objetivo da EPS é a transformação das práticas profissionais e da própria estrutura de trabalho em consonância com as demandas e desafios do sistema (FERREIRA, 2019).

Sendo assim, a capacitação dos profissionais das Unidades Básicas de Saúde (UBS) é essencial para assegurar a realização correta de testes rápidos, bem como a notificação compulsória de doenças, visando o diagnóstico precoce, tratamento adequado e controle epidemiológico, bem como a elucidação dos alunos de medicina

sobre o assunto, para que possam auxiliar os profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) nesse contexto.

O objetivo principal deste trabalho é relatar a capacitação de equipes de saúde por acadêmicos de medicina a respeito da realização de testes rápidos contra ISTs e a notificação epidemiológica dos casos positivos.

Referencial Teórico

Segundo o Caderno de atenção básica (2013), a atenção primária em saúde sexual e reprodutiva é prioritária na Atenção Básica à saúde, pautada pelo respeito aos direitos sexuais e reprodutivos. Nesse sentido, é importante destacar que quatro dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000 estão diretamente ligados à saúde sexual e reprodutiva: promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres, melhorar a saúde materna, combater o HIV/Aids, malária e outras doenças, e reduzir a mortalidade infantil.

Em 2007, o Ministério da Saúde criou o Programa Mais Saúde: Direito de Todos, que inclui a expansão das iniciativas de planejamento familiar. Isso implica não apenas na oferta de métodos e técnicas de concepção e anticoncepção, mas também na disponibilização de informações e acompanhamento, visando uma escolha livre e esclarecida. Segundo o Ministério da Saúde (2020), a Mandala de Prevenção Combinada surge como uma abordagem que respeita o direito das pessoas de tomarem decisões informadas sobre sua saúde sexual e reprodutiva. Com isso, oferece uma gama de opções que incluem o uso de preservativos, acesso a testes de HIV e outras ISTs, terapia antirretroviral para pessoas soropositivas, profilaxia pré-exposição (PrEP), educação em saúde sexual e reprodutiva, entre outras medidas.

As ISTs são doenças causadas por microrganismos, cuja principal via de transmissão é o contato sexual desprotegido, seja ele oral, anal ou vaginal (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018). Sua alta taxa de contágio está diretamente relacionada à falta ou à utilização incorreta do preservativo masculino ou feminino (SANTOS et al. 2009). Em geral, o produto de três fatores determina a taxa inicial de disseminação de qualquer IST em uma população: a taxa de exposição sexual de indivíduos suscetíveis a pessoas infectadas; a eficiência da transmissão em cada exposição; e a duração da infectividade nos indivíduos infectados. (JAMESON, 2019).

Conforme informações divulgadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), as ISTs têm demonstrado uma tendência crescente em escala global desde os anos 1990. Esse aumento pode estar relacionado à complexidade na detecção dessas enfermidades, pois muitas ISTs se manifestam de forma sutil, tanto em homens quanto em mulheres. (GERHARDT et al. 2008). O Ministério da Saúde tem implementado esforços para introduzir a abordagem sindrômica das ISTs, classificando-as em úlceras genitais, corrimentos vaginais, corrimentos uretrais e infecção pelo papilomavírus humano (HPV). Por meio desse método, tratam-se todos os possíveis agentes envolvidos em cada síndrome, o que facilita o acesso ao tratamento correto de forma mais ágil e interrompe a cadeia de transmissão. Tal abordagem revela-se benéfica em regiões com recursos diagnósticos limitados, contribuindo para o processo de diagnóstico a partir das síndromes clínicas. (SALOMÃO, 2023).

Ademais, é importante ressaltar que, segundo o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) para Atenção Integral às Pessoas com ISTs, do Ministério da Saúde, todo paciente portador ou suspeito de IST deve: ter o(a) parceiro(a) também

examinado(a); ser avaliado e aconselhado quanto à adoção de práticas mais seguras para a redução do risco de contrair IST; ter oferecida a realização de teste para infecção pelo HIV (com aconselhamento pré e pós-teste) e, se possível, para hepatites B e C; ter oferecidas as imunizações pertinentes para hepatites e HPV, de acordo com as diretrizes vigentes e ter oferecidas as terapias de pré-exposição e pós-exposição ao HIV, de acordo com as diretrizes vigentes (SALOMÃO, 2023).

Neste cenário, os testes rápidos emergem como instrumentos fundamentais na detecção das ISTs. São procedimentos voltados para a identificação de anticorpos (anti-HIV, anti-HCV e antitreponema pallidum) ou antígenos (HBsAg), capazes de fornecer resultados confiáveis com uma pequena amostra de sangue e em um intervalo de tempo reduzido. Enquanto o teste rápido para o HIV possibilita o diagnóstico, os exames rápidos para sífilis e hepatites B e C desempenham papel de triagem inicial (ARAÚJO et. al, 2020).

Diante disso, a APS é considerada a porta de entrada preferencial do usuário no SUS. A partir dela é possível garantir, entre outros, o diagnóstico e tratamento precoces de doenças como as ISTs (hepatite B e C, HIV e sífilis) (DINIZ et. al, 2022). Portanto, a capacitação dos profissionais atuantes na APS se torna imprescindível para garantir uma sistematização eficiente para a população.

Material e Método

O presente estudo trata-se de um artigo original sobre capacitação na área de educação em saúde. No segundo semestre de 2023, a equipe de alunas da Faculdade de Medicina cursou a disciplina Integração Ensino Serviço e Comunidade (IESC), na qual precisavam criar um projeto de intervenção comunitário com base nos conteúdos abordados naquele período. Dito isso, optaram por um projeto que abordasse o tema de ISTs, teste rápido e notificação compulsória pela importância do assunto dentro do perfil epidemiológico da cidade. Dessa forma, o primeiro passo da equipe organizadora foi a realização do curso chamado "Testes rápidos - acesso rápido", oferecido pelo programa TELELAB[®], que pode ser encontrado em <https://TELELAB.aids.gov.br/>.

O curso se inicia com a inscrição dos profissionais interessados através da plataforma online. Após o processo de inscrição, os participantes recebem acesso aos diversos módulos, os quais abordam aspectos como introdução aos testes rápidos, princípios básicos, tipos disponíveis, procedimentos de coleta e interpretação de resultados. O material didático inclui vídeos explicativos, documentos e apresentações de slides. Adicionalmente, são oferecidas atividades de simulações e análise de resultados. Ao término do curso, os participantes são avaliados por meio de uma prova e, se aprovados, recebem um certificado de conclusão, o qual é obrigatório para habilitação dos profissionais que atuam na Atenção Básica e que realizarão os testes nos usuários da rede. Entretanto, o laudo e aconselhamento pós testes são de responsabilidade dos profissionais com nível superior. Tanto para a realização dos testes quanto para o laudo e aconselhamento, os profissionais precisam ser habilitados pelos seus respectivos conselhos regionais de classe profissional.

Diante desse contexto, após a conclusão do curso, as alunas foram autorizadas a realizar os testes rápidos nos pacientes da unidade de saúde local, sob a supervisão de profissionais experientes. Isso foi feito em um único dia, com os pacientes que estavam aguardando consulta. Foram realizados testes rápidos para HIV, sífilis, hepatites B e C em 15 pacientes.

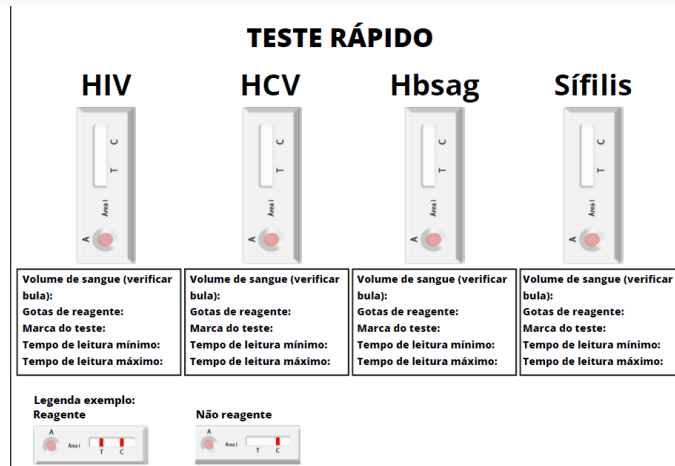
A partir dessa experiência, as alunas organizaram uma reunião com a Secretaria de Saúde da Prefeitura e com a coordenação do Centro de Assistência e Prevenção à IST/AIDS (CAP IST). O intuito da reunião foi apresentar as propostas para capacitação dos profissionais de saúde locais quanto a importância da realização do curso oferecido pelo TELELAB® e discutir possíveis ações futuras. Como exemplo disso, a necessidade de aprimorar a qualidade das realizações dos testes, do seguimento dos casos positivos, bem como a obrigatoriedade de suas notificações. O resultado dessa reunião, teve como proposta às alunas a convocação de um enfermeiro de cada Unidade de Saúde para serem abordadas essas temáticas relevantes a esses profissionais e para a sociedade.

Nesse contexto, foi elaborado um convite a todas as Unidades de Saúde locais para um encontro na Faculdade de Medicina e por meio da Secretaria de Saúde os profissionais foram convocados. Esse encontro foi intitulado "Café e Saúde: conscientização com sabor de conhecimento", que contou com a presença dos enfermeiros, além das coordenadoras municipais do CAP IST, Vigilância Epidemiológica e da APS. O objetivo central desta reunião foi promover a compreensão da importância da capacitação oferecida pelo TELELAB®, garantir a uniformidade nos procedimentos adotados pelos profissionais de saúde e facilitar a troca de experiências entre eles.

Inicialmente, as alunas responsáveis pela organização do evento conduziram uma apresentação sobre a importância da capacitação (via TELELAB®) dos profissionais para a execução adequada dos testes rápidos. Esta apresentação abordou temas como os critérios para a realização dos testes, quem está habilitado a realizá-los, os locais e horários ideais para sua aplicação, além dos procedimentos apropriados para o acompanhamento de casos positivos. Complementarmente, foi discutida a necessidade e os procedimentos para a notificação compulsória das doenças detectadas por meio desses testes. Num segundo momento, ocorreu uma discussão aberta entre todos os participantes, incluindo os profissionais de saúde e as coordenadoras municipais presentes.

Por fim, as organizadoras do evento distribuíram materiais de apoio elaborados especificamente para auxiliar na realização dos testes rápidos. Estes materiais possuem campos para o registro de informações relevantes, como marca do teste, quantidade de gotas do reagente e tempo de espera necessário para a obtenção dos resultados (Imagem 1). Além das atividades técnicas, também foi promovida uma confraternização entre todos os participantes do evento. Durante esta confraternização, os participantes foram convidados a preencher voluntariamente uma ficha com informações pessoais para auxiliar no delineamento do perfil dos profissionais presentes.

Imagem 1 - Material de apoio desenvolvido para equipes de saúde da atenção básica para a realização de testes rápidos.



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Resultados

As alunas participantes deste estudo obtiveram uma experiência significativa tanto em conhecimento teórico quanto prático no campo da saúde. Ao realizar o curso oferecido pelo programa TELELAB®, elas adquiriram habilidades essenciais para a realização dos testes rápidos, compreendendo os princípios básicos, os procedimentos de coleta e interpretação de resultados. Além disso, através da prática supervisionada, puderam aplicar esses conhecimentos em um ambiente real, realizando testes rápidos para HIV, sífilis, hepatites B e C em pacientes da unidade de saúde local.

O encontro realizado na Faculdade de Medicina, que contou com a presença das coordenadoras municipais do CAP IST, Vigilância Epidemiológica e da APS, teve uma adesão significativa e participação ativa por parte dos profissionais de saúde locais que foram convocados. O delineamento do perfil dos integrantes do evento, que foi obtido por meio do preenchimento das fichas, teve como resultado: 23 participantes, sendo estes da mesma profissão (enfermeiros) e da mesma cidade. A maioria era do sexo feminino (21 mulheres e dois homens). A média de idade dos profissionais foi de 39,5 anos. O tempo de formação dos participantes variou de cinco a 32 anos, com uma média de 15,3 anos.

Durante as discussões nesta reunião com os profissionais de saúde, houve uma troca valiosa de perspectivas e experiências, na qual cada um expôs sua realidade, desafios e pontos positivos de sua unidade. Um exemplo disso foi o relato da representante de uma unidade, cuja área de abrangência é significativa. Ela mencionou que muitos testes eram realizados, mas não havia padronização entre os profissionais para realização dos mesmos. Somado a isso, um dos principais desafios era o seguimento dos casos positivos, em especial com a sífilis, porque muitos pacientes testavam positivo, tratavam, mas seus parceiros não, fazendo com que houvesse reinfecção frequente.

Ademais, foi apontado que eram realizados muitos encaminhamentos dos casos de sífilis para o CAP IST, sendo que eles poderiam ser resolvidos na própria UBS e assim deveriam ser feitos a partir de então. Dessa forma, houve um alinhamento de decisões e a identificação de necessidades que eram comuns entre as diferentes unidades de saúde.

Durante a discussão, cada participante teve a oportunidade de contribuir com suas perspectivas individuais. Dentre eles, 22 relataram solicitar testes rápidos mensais, com um total de 1275 testes solicitados mensalmente entre as Unidades de Saúde. Entretanto, mesmo com os testes sendo realizados, havia uma subnotificação dos casos positivos devido à dúvida e insegurança em relação à quando notificar, onde encontrar as fichas e como preenchê-las. A consequência disso para o município é negativa, visto que a verba recebida do governo é baseada no perfil epidemiológico traçado por essas notificações. Sendo assim, uma cidade que tem muitos casos positivos e notificados corretamente recebe mais verba para campanhas de conscientização e prevenção, além de recursos e medicações em quantidades proporcionais.

Outro aspecto relevante dessa reunião foi o acordo estabelecido para manter encontros semestrais, proporcionando um espaço contínuo para essas discussões conjuntas, alinhamento de procedimentos e troca de experiências entre os profissionais de saúde. Essa iniciativa visa aprimorar continuamente a qualidade dos serviços prestados, garantir a uniformidade nos procedimentos adotados e facilitar o enfrentamento de desafios comuns pelas unidades de saúde locais.

Essa experiência das alunas proporcionou não apenas o desenvolvimento técnico, mas também o contato direto com as autoridades de saúde da cidade. Isso permitiu uma compreensão mais profunda do perfil epidemiológico local e das dificuldades enfrentadas pelos profissionais nas Unidades de Saúde, o que é relevante tanto para a prática acadêmica quanto após a formação profissional.

Discussão

O presente estudo relata uma iniciativa educacional e prática que visa capacitar profissionais de saúde para lidar de forma eficaz com a detecção, notificação e seguimento de ISTs. A abordagem adotada pelas alunas da Faculdade de Medicina demonstra um compromisso com a melhoria da qualidade dos serviços de saúde na comunidade, destacando a importância da capacitação contínua e da colaboração interprofissional. Os resultados obtidos estão diretamente alinhados com a evolução histórica do processo de formação e qualificação dos profissionais de saúde, conforme descrito na literatura. Ao longo dos séculos XX e XXI, diversos marcos legais e movimentos de mudanças na formação dos profissionais de saúde têm buscado superar modelos de prática hospitalocêntrica e fragmentada, visando uma abordagem mais integrada e voltada para as necessidades sociais de saúde da população (OLIVEIRA et. al, 2016). Portanto, o projeto implementado pelas estudantes reflete essa preocupação com a adequação da assistência à realidade da sociedade.

A realização do curso "Testes Rápidos - Acesso Rápido" oferecido pelo programa TELELAB® representou o primeiro passo na jornada de capacitação das alunas, proporcionando-lhes uma base teórica essencial para a prática dos testes rápidos para ISTs. Este curso representou não apenas uma oportunidade de adquirir conhecimento, mas também demonstrou como a tecnologia pode desempenhar um papel fundamental na capacitação de profissionais de saúde. O TELELAB®, como uma plataforma digital de educação a distância, destaca-se como um exemplo de como essa inovação pode ser empregada para facilitar a disseminação do conhecimento e fornecer suporte educacional em áreas especializadas, como análises clínicas.

Entretanto, é importante ressaltar que, apesar do papel crucial da tecnologia na educação a distância, a natureza humana ainda desempenha um papel fundamental

no processo de criação e compartilhamento de conhecimento (BIAGIOTTI, 2016). Portanto, os resultados obtidos no presente estudo demonstram não apenas a eficácia do curso oferecido pelo TELELAB® na capacitação das alunas e dos profissionais da atenção básica, mas também ressaltam a importância da combinação entre tecnologia e engajamento humano na busca pela melhoria contínua da qualidade dos serviços de saúde.

A parte prática foi realizada na UBS local através da realização dos testes rápidos para ISTs, supervisionados por profissionais experientes. Isso contribuiu para a consolidação do conhecimento obtido na capacitação teórica. Dessa forma, a APS desempenha um papel crucial na prevenção e controle das ISTs, sendo a porta de entrada para os usuários no SUS ao oferecer testes rápidos e aconselhamento integral (SOUZA e FREITAS, 2012). Além disso, os Centros de Saúde, são espaços privilegiados para a APS, onde a integralidade do cuidado pode ser fortalecida (BRETAS e PEREIRA, 2011). No entanto, um dos desafios enfrentados na efetivação dos testes rápidos na atenção básica é garantir que esses procedimentos sejam realizados de forma consistente e abrangente. Sendo assim, ao realizar os testes rápidos nas unidades de saúde local, as alunas fortaleceram a capacidade em oferecer cuidados integrados e resolutivos no enfrentamento das ISTs.

A reunião subsequente com a Secretaria de Saúde da Prefeitura e a Coordenação do CAP IST demonstrou o compromisso das alunas em compartilhar suas experiências com as autoridades de saúde locais. A partir desse encontro, foi identificada, além da necessidade de capacitação dos profissionais para a realização dos testes rápidos, a importância do aprimoramento na qualidade da realização desses testes, no acompanhamento dos casos positivos e na obrigatoriedade das notificações. A importância do último item reflete no fato de que a subnotificação não apenas compromete a qualidade dos dados epidemiológicos, mas também resulta em custos desnecessários, informações incompletas e uma vigilância deficiente sobre as doenças (MIRANDA, 2017). Essa lacuna na notificação tem implicações significativas para o financiamento de campanhas de conscientização e prevenção, bem como para o acesso a recursos e medicações.

A identificação desse problema ressalta a importância de fornecer suporte adequado e orientação contínua aos profissionais de saúde para garantir a conformidade com os protocolos de notificação. Portanto, os resultados obtidos durante a reunião com as autoridades de saúde locais, aliados à referência teórica sobre subnotificação, enfatizam a urgência de abordar e superar os desafios relacionados à notificação de casos de ISTs. Esse compromisso em melhorar a qualidade e eficácia dos serviços de saúde, incluindo a notificação adequada, reflete um passo significativo em direção à promoção da saúde pública e ao controle das doenças na comunidade.

A fim de concretizar os objetivos discutidos na reunião, foi realizado o evento "Café e Saúde: conscientização com sabor de conhecimento" que proporcionou um espaço para discutir não apenas os aspectos técnicos dos testes rápidos, mas também questões relacionadas à padronização de procedimentos, seguimento de casos positivos e notificação compulsória. Um dos principais pontos debatidos no evento foi a questão levantada pela coordenadora epidemiológica do município sobre os crescentes casos de sífilis, especialmente em gestantes. Dados demonstram que entre os anos de 2021 e 2022, observou-se um aumento significativo nas taxas de detecção de sífilis adquirida, superando os níveis pré-pandemia. Houve um aumento de 23%, passando de 80,7 para 99,2 casos por 100.000 habitantes. Da mesma forma, a taxa de detecção de sífilis em gestantes tem apresentado uma tendência crescente,

com um incremento mais acentuado nos últimos dois anos. Entre os anos de 2020 e 2022, essa taxa aumentou em 33,8% (BRASIL, 2023).

Por fim, foi acordado encontros semestrais entre as unidades de saúde demonstrando um compromisso com a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados. Esses encontros proporcionarão um espaço para a troca de experiências, alinhamento de procedimentos e colaboração interprofissional, promovendo uma abordagem mais integrada e eficaz para o enfrentamento dos desafios em saúde pública. Em última análise, essa experiência não apenas enriqueceu o conhecimento técnico das alunas, mas também as capacitou a compreender mais profundamente as necessidades e desafios enfrentados pelos profissionais de saúde na comunidade. Essa compreensão é essencial para promover mudanças significativas e sustentáveis no sistema de saúde local, destacando o papel fundamental dos profissionais de saúde na promoção da saúde pública e na prevenção de doenças.

Considerações Finais

O presente estudo destaca a importância da capacitação contínua dos profissionais de saúde, especialmente no contexto da detecção, notificação e seguimento de ISTs. A iniciativa das alunas da Faculdade de Medicina em parceria com as autoridades de saúde locais demonstra um compromisso real com a melhoria dos serviços de saúde na comunidade. Com satisfação, constatamos que o objetivo foi atingido e que o benefício para a população será amplo e contínuo. Além disso, o estabelecimento de encontros semestrais entre as unidades de saúde demonstra a importância do evento e reforça o compromisso com a melhoria constante e a troca de experiências. Sugere-se para trabalhos futuros que sejam realizadas visitas nas UBS, verificando se os testes rápidos, seguimento e notificações estão sendo realizados conforme foram capacitados e orientados.

Referências

ARAÚJO, Túlio. Realização do teste rápido para infecções sexualmente transmissíveis pela atenção primária à saúde. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 3, n. 5, p. 13638-13655, set./out. 2020.

BIAGIOTTI, N. A. **Avaliação da qualidade da informação de cursos massivos: um estudo de caso do TELELAB®**. 2016. 140 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina).

BRASIL. **Caderno de Atenção Básica (nº26): Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: [10/10/2023].

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção integral às pessoas com infecções**

sexualmente transmissíveis (IST). Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/pcdts/2022/ist/pcdt-ist-2022_isbn-1.pdf/view. Acesso em: [15/10/2023].

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico: sífilis**. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 217, de 1 de março de 2023**. Diário Oficial da União [Internet], Brasília, DF, 2023 mar. 1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-217-de-1-de-marco-de-2023-467447344>. Acesso em: [09/11/2023].

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)**. Brasília, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/pcdts/2022/ist/pcdt-ist-2022_isbn-1.pdf/view. Acesso em [09/04/2024].

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema_informacao_agravos_notificacao_sinan.pdf. Acesso em: [20/10/2023].

BRÊTAS, A. C. P.; PEREIRA, A. L. **Gestão em unidades básicas de saúde**. In: Harada M. J. C. S. (org.). *Gestão em enfermagem: ferramenta para prática segura*. São Caetano do Sul: Yendis; 2011.

DINIZ, Gabrielle F. et al. O papel da atenção primária à saúde no enfrentamento de IST: um relato de experiência. **Espaço Responsabilidade Social**, Recife, v. 5, n. 2, p. 42, 2022.

FERREIRA, L.; BARBOSA, J. S. A.; ESPOSTI, C. D. D.; CRUZ, M. M. Educação Permanente em Saúde na atenção primária: uma revisão integrativa da literatura. **Saúde em Debate [online]**, v. 43, n. 120, 2019, pp. 223-239. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912017>. Acesso em: [09/11/2023].

JAMESON, J L.; FAUCI, Anthony S.; KASPER, Dennis L.; et al. **Medicina interna de Harrison** - 2 volumes. Porto Alegre: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788580556346.

MIRANDA, U. P. M. **Como a subnotificação interfere no cotidiano do SUS: uma revisão de literatura**. UFBA, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26621/1/2017%20%20C3%9ARSULA%20MARTIN%20PIMENTA%20MIRANDA.pdf>. Acesso em: [07/04/2024].

OLIVEIRA, M. P. R.; MENEZES, I. H. C. F.; SOUZA, L. M.; PEIXOTO, M. R. G. (2016). Formação e Qualificação de Profissionais de Saúde: Fatores Associados à Qualidade da Atenção Primária. **Revista Brasileira de Educação Médica**, 40 (4): 547-559. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbem/a/9xmh853N9RkL7F8x97XFxxh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em [05/04/2024].

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Sexual health, human rights and the law**. Genebra: OMS, 2020. Disponível em: <[https://www.who.int/\[caminho](https://www.who.int/[caminho) até o documento]>. Acesso em: [10/10/2023].

PIVETTA, E. **Capacitação em Vigilância Epidemiológica**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/43899/6/CapacitacaoVigilanciaEpidemiologica_Pivetta_2017.pdf. Acesso em: [16/10/2023].

SALOMÃO, Reinaldo. **Infectologia: Bases Clínicas e Tratamento**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9788527739849.

SOUZA, M. C. M. R. D.; FREITAS, M. I. D. F. Aconselhamento em HIV/AIDS: representações dos profissionais que atuam na atenção primária à saúde. **Revista Mineira de Enfermagem**, v.16, n. 1, p. 18-24, 2012. Disponível em: <http://www.dx.doi.org/S1415-27622012000100003>. Acesso em: abr. 2024.

WHO (World Health Organization). **Defining sexual health**. Report of a technical consultation on sexual health, 28–31 January 2002. Geneva: WHO, 2006.